



Expandindo o cosmos da representação social do conhecimento por meio da categorização de marcadores sociais da diferença

Expanding the cosmos of the social representation of knowledge through categorization markers of social difference

Sale Mário Gaudêncio*

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque**

Gisele Rocha Côrtes***

RESUMO

Esta investigação tem como objetivo analisar a contribuição dos marcadores sociais da diferença como categorias potencializadoras para uma representação social do conhecimento. Isso é postulado por se perceber que é preciso dar respostas ao problema: por que a representação do conhecimento, historicamente, tem valorizado essencialmente o paradigma físico em detrimento do paradigma social (CAPURRO, 2003)? Para responder a esta questão, tem-se como metodologia duas posições epistemológicas que, em certa medida, e, guardadas as devidas proporções, se complementam e dialogam. Nesse sentido, traz-se à tona a relação dialógica entre a teoria crítica e o pós-estruturalismo para subsidiar uma análise interseccional e permitir uma reflexão em torno dos marcadores sociais da diferença, que evidenciam a maneira como o conhecimento em ação está sendo representado na Base de Dados da

ABSTRACT

This research aims to analyze the contribution markers of social difference as potential categories for a social representation of knowledge. This is postulated by realizing that the answers to the problem must be answered: why the knowledge representation historically has valued the physical paradigm at the expense of the social paradigm (CAPURRO, 2003)? In order to answer this question, we have as methodology two epistemological positions which to a certain extent and kept the due proportions, complement each other and dialogue. In this sense, we bring up the dialogical relationship between critical theory and poststructuralism to subsidize an intersectoral analysis and allow a reflection around markers of social difference, which highlight the way in which knowledge in action is being represented in Database of Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). From the point of view of the final

* Mestre em Ciência da Informação. Doutorando em Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba. Bibliotecário-Documentalista da Universidade Federal do Semi-Árido - Mossoró - RN, Endereço: R. Francisco Mota, 572 - Pres. Costa e Silva, Mossoró - RN, 59625-900. Fone: (84) 99908-7315, E-mail: salemario@gmail.com

** Doutora em Letras. Professora Associada IV da Universidade Federal da Paraíba. Endereço: Cidade Universitária - João Pessoa - Paraíba, CEP 58051-7200. Telefone: (83) 99332-1833. E-mail: ebaltar2007@gmail.com

*** Doutora em Sociologia. Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba. Endereço: Cidade Universitária - João Pessoa - Paraíba, CEP 58051-7200. Tel. 83 998243113. E-mail: giselerochacortes@gmail.com

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Do ponto de vista das considerações finais, verifica-se a necessidade de um diálogo interdisciplinar conduzido e articulado pela perspectiva interseccional que é, ao mesmo tempo, complexa e crítica, mas também conciliadora e incluyente.

Palavras-chave: Representação Social do Conhecimento; Marcadores Sociais da Diferença; Interseccionalidade; Conhecimento Social; Sociologia do Conhecimento.

considerations, there is a need for an interdisciplinary dialogue conducted and articulated by the intersectional perspective which is, at the same time, complex and critical, but also conciliatory and inclusive.

Keywords: Social Representation of Knowledge; Markers of Social Difference; Intersectionality; Social Knowledge; Sociology of Knowledge.

INTRODUÇÃO

A sociedade da informação, mesmo permitindo novas possibilidades de acesso e participação em torno de uma agenda sociopolítica, dicotomicamente também oportuniza cenários de desigualdade e segregação social.

Nesse direcionamento e considerando as lutas históricas em função do dilema social da informação, é cada vez mais urgente entender, dentro dos mais variados contextos, que a sociedade pós-moderna (LYOTARD, 2011; SANTOS, 2012; HARVEY, 2017) coloca o ser humano em constante cenário de disputa, promovendo cisões, que são marcadas por várias formas de convivência com o mundo atual que, em essência, poderá alcançar uma possível superação ao contribuir para construção de uma agenda propositiva de caráter social, política e informacional.

A sociedade da informação, fundamentada pela era do globalismo, conforme explicita Ianni (2011), reverbera cotidianamente os modelos de produção de uma elite dominante, incutindo, de maneira velada ou silenciosa, conforme explicita Bourdieu (1989), um poder simbólico e também indiscriminado, uma indústria cultural, portavoz de um paradigma dominante (SANTOS, 2016), que gera de maneira ampla e irrestrita o que Zygmunt Bauman chama de mal-estar da pós-modernidade (BAUMAN, 1998).

Essa sociedade, inserida em conflitos identitários, dentro daquilo que Canclini (2015) denomina de culturas híbridas, exorta uma postura díspar daquilo que era entendido ou silenciado por uma cultura considerada normal (KUHN, 2017). Hall (2015) observa que, para entender a sociedade vigente, faz-se necessário refletir crítica e profundamente sobre a identidade cultural na pós-modernidade a partir de uma visão global e local.

Dito isso, e para entender a efervescência desta sociedade contemporânea, faz-se necessário verificar as suas múltiplas facetas sociais. Para tanto, a sociologia do conhecimento, atrelada à ciência da informação, dispõe de abordagens singulares para clarificar os efeitos e impactos sociais no mundo da informação. Entre elas, está a possibilidade de oferecer o diálogo entre os repertórios teóricos e metodológicos dos marcadores sociais de diferença e a representação social do conhecimento, como forma de favorecer uma agenda sociopolítica e informacional.

O diálogo entre os marcadores sociais de diferença e a representação social do conhecimento sugere uma possibilidade significativa e possibilita o mapeamento dos

mais diversos “rostos” ou atores sociais, especialmente aqueles (as) que em certa medida foram parcial ou integralmente silenciados (as) ou excluídos (as).

À medida que se permite entender a forma como o conhecimento vivo, ou seja, o conhecimento em ação, estabelece-se por meio do que a representação social do conhecimento – em diálogo com os marcadores sociais da diferença – chama de categorias, fica mais visível e palpável compreender como o conhecimento social vai se estabelecendo e se metamorfoseando em torno do cotidiano e da vida.

Assim, vê-se que são campos disciplinares estratégicos para refletir, compreender, analisar as disparidades promovidas por uma sociedade contraditória que sugere o direito à informação, mas que, ao mesmo tempo, segrega a poucos essa possibilidade. E mais: que é promotora de um fenômeno conhecido como explosão informacional. Ao mesmo tempo que, supostamente, possibilita o acesso, também deixa à deriva informacional esta civilização contemporânea, envolta em uma cultura de pós-verdade, potencializadora de *fake news*, assim como a sua consequente incompetência informacional.

Ao ficar sem rumo nessas tortuosas nuvens de fumaça, a representação social do conhecimento surge para assumir o papel de uma disciplina georreferenciadora, ou seja, permitir encontrar e oportunizar um caminho possível, uma trilha alternativa ao cidadão, para que este não cometa o erro de submergir na cultura informacional neocapitalista, que é fortemente marcada pelo individualismo, preconceito, intolerância, racismo, desigualdade, desmobilização e despolitização social, por estar envolto a niilismo pleno.

Nesse sentido, esta investigação tem como objetivo primaz analisar a contribuição dos marcadores sociais da diferença como vetores potencializadores para uma representação social do conhecimento, com vista a contribuir para o fortalecimento de uma agenda sociopolítica para a ciência da informação. Isso é postulado por perceber-se que é preciso dar respostas ao problema: por que a representação do conhecimento, historicamente, tem valorizado essencialmente o paradigma físico em detrimento do paradigma social (CAPURRO, 2003)? Salienta-se que este processo será “costurado” por uma reflexão interseccional, que tem como alicerce a teoria crítica e o pós-estruturalismo.

Com isso, buscar-se-á conduzir uma reflexão teórico-crítica, a fim de estabelecer sinais alternativos a uma representação social do conhecimento, em que, conforme Morin (2015), o todo e as partes são engrenagens extremamente importantes para uma valorização das mais diversas dimensões sociais do ato de organizar conteúdo para uma sociedade tão complexa e diversa.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO

Inseridos(as) ou excluídos (as) da dita sociedade da informação, o processo investigativo da ciência da informação ao longo das últimas décadas tem sido para se debruçar a entender as implicações e influências da complexidade do fenômeno chamado informação, sob as suas dimensões: física, cognitiva e social (CAPURRO, 2003).

Nesse contexto, faz-se necessário compreender de maneira ampla e crítica a “realidade da vida cotidiana” (BERGER; LUCKMAN, 2006), por considerar que a informação perpassa e reverbera as mais diversas estruturas sociais. Nessa linha de pensamento, Ianni (1989) sugere refletir sobre as contradições contemporâneas. Ele

dirá que os cenários sociais e culturais estão imersos em um turbilhão de antagonismos causados pelas tintas do atual modelo de produção e pelas formas de representação do poder institucionalizado.

Trilhando esse caminho indicado pelos autores acima, o (a) pesquisador (a) terá aqui a possibilidade de entender os contextos conjunturais que envolvem a sociedade, o ser humano e o conhecimento. Este último, aqui contemplado, coloca-se como um movimento de transformação ao paradigma físico (CAPURRO, 2003) e dominante (SANTOS, 2016), também conhecido como ciência normal (KUHN, 2017).

Assim, ao buscar compreender o objeto investigativo, a informação enquanto potência social e o conhecimento como organismo vivo, faz-se necessário refletir sobre o ambiente com o qual os fatos impactam no relacionamento social e nos níveis de interação, conforme é constatado por Berger e Luckman em “Os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana” (2006).

Tendo em vista o que foi mencionado anteriormente, vê-se uma estreita aproximação dos campos da sociologia do conhecimento com o da ciência da informação, especialmente quando Buckland (1991) diz que a informação, considerada como “coisa”, estará presente em todos os ambientes sociais, assim como Capurro (2003), que definirá a informação como um paradigma, neste caso o social. Estes são dois momentos teóricos importantes para esclarecer melhor as conexões entre os campos científicos em questão.

Não obstante isso, esse debate não pode ser feito de maneira generalista ou superficial, tampouco de forma extremamente específica ou especializada. Ele precisa ser realizado considerando a capacidade e competências teóricas da perspectiva da interseccionalidade, enquanto modelo interdisciplinar.

É por meio dela que se consegue visualizar um entrelaçamento do geral e do específico, as relações, os imbricamentos, as metamorfoses, etc., além de permitir as inter-relações e interconexões necessárias e oportunas, favorecendo as visões de inteligência coletiva (LÉVY, 2014), ecologia cognitiva (LÉVY, 2016), de um pensamento complexo (MORIN, 2015), da teoria crítica (FREITAG, 1986; BUENO, 2015) e do pós-estruturalismo (WILLIAMS, 2013; BUENO, 2015). Abre-se espaço para o favorecimento da luta efetiva de classes por meio do nível de reconhecimento e de pertencimento socioinformacional, que aqui é efetivado por meio do diálogo entre a representação social do conhecimento e os marcadores sociais da diferença, dinamizado no campo da sociologia do conhecimento.

Ao possibilitar o diálogo entre a ciência da informação e a sociologia do conhecimento, torna-se possível o estreitamento dialógico dos campos, a partir do qual, segundo Pierre Bourdieu, por meio das palavras de Lahire (2017), a ciência da informação tem tentado atuar, especialmente quando considera em seu arcabouço teórico e metodológico a possibilidade de coletar e interpretar dados por meio da interseccionalidade social. É a interseccionalidade que permitirá a “costura” crítica e dialógica da “colcha de retalhos” entre a representação social do conhecimento e os marcadores sociais da diferença.

Ao observar e analisar o todo em suas distintas dimensões sociais, a ciência da informação, por meio da representação social do conhecimento, se apresenta como um campo estratégico para ser encarado como uma área de domínio capaz de responder às atuais contradições sociais do mundo líquido (BAUMAN, 2014) hiper (LIPOVETSKY; SERROY, 2011) ou pós-moderno (LYOTARD, 2011; HARVEY, 2017), especialmente no que diz respeito ao entendimento de que o panorama geral da

informação precisa ser valorizado, valorado, permitido e apresentado à sociedade, inclusive na sua condição natural e artificial.

Tem-se aí o cosmos do conhecimento social no qual a representação social do conhecimento está inserida. Vê-se, então, que essa disciplina surge como um contributo estratégico e de significativa relevância para responder às demandas sociais e informacionais vigentes. Na ciência da informação, encontra apoio no paradigma social da informação. (CAPURRO, 2013).

Tem-se, nesse momento, uma necessidade pluridimensional que emerge para responder a uma informação que, muitas vezes, assumiu um poder hegemônico, não contemplando a diversidade de classe, gênero, orientação sexual, entre outras do mundo social, que vai além daquilo que é reconhecido como normal para uma sociedade objetivada e hierarquizada pelo poder simbólico dominante (BOURDIEU, 1989).

De maneira clara, o (a) profissional da informação, especialmente o (a) clássico profissional indexador (a), muitas vezes assumiu um papel estritamente baseado em visão e práticas tecnicistas em relação ao processo de tratamento da informação.

Em virtude disso, a representação social do conhecimento surge com o intuito de socializar e dialogar com as massas, e fazer valer o direito à diferença, construindo um pensamento coletivo a partir dos anseios e capacidades cognitivas, culturais e sociais individuais. É dessa maneira que “do ponto de vista da ciência da informação, os princípios da teoria da organização do conhecimento são válidos [...] para o conhecimento socializado e, sendo assim compartilhado, ele possui uma dimensão cíclica, [...]” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 27).

É com a representação social do conhecimento que se busca oportunizar o acesso por meio de um processo de tradução horizontalizado, sem um movimento hierárquico do pensamento acadêmico dominante de um cânone vertical e moroso. O outro (ser humano) requer e passa a ser ouvido sob a condição de um conhecimento praxiológico.

Na visão de Santis e Souza (2017, p. 154), o conhecimento praxiológico é “a articulação dialética entre o ator e a estrutura social”. Ele “[...] sustenta a percepção de que o espaço social não é só uma estrutura objetiva das práticas individuais nem só uma apreensão subjetiva individual do mundo [...]” (SANTIS; SOUZA 2017, p. 162). Vai além, busca um interacionismo para revelar uma íntegra relação entre sujeito, objeto e ambiente. Todo o ecossistema socioinformacional é valorizado. O discurso do ator social passa a ser estratégico e permitido, especialmente por perceber que as vivências, práticas e relações sociais são de fundamental relevância.

Ao se aglutinarem posições epistemológicas – como a teoria crítica, o pós-estruturalismo, a inteligência coletiva, a ecologia cognitiva e o pensamento complexo –, amparadas a partir de princípios mediadores como o da interseccionalidade, torna-se possível refletir, estudar e atuar com a representação social do conhecimento a partir da perspectiva do outro (ser humano), do cidadão, valorizando as suas mais diversas nuances.

O (a) profissional da informação, formalmente passa a ser um (a) mediador (a) informacional do processo de tradução. Como dito acima, tal profissional abre mão de um poder simbólico unidimensional, reservado exclusivamente a ele, e passa a capilarizar uma rede colaborativa e coletiva de parceiros informacionais e coprodutores de conteúdo, não mais usuários (as) ou clientes, que apenas recebem os resultados do processo de curadoria, mas interagentes.

Agora, todos (as) são chamados (as) a contribuir. Todos (as) são produtores (as) de conteúdo e têm suas culturas valorizadas. Por esse motivo, tornam-se pessoas de significativa relevância para as construções interacionais e interativas relacionadas às unidades líquidas de informação. O (a) profissional da informação, tecnicamente, começa a pensar em viabilizar uma indexação social idealizada, planejada e executada sob a esteira da mobilização, como um fator mediador, transcendendo o controle e a perspectiva unidimensional.

As atuais unidades de informação tendem se transformar em instituições fluidas, líquidas e, por esse motivo, precisam se adaptar e capilarizar recursos humanos potenciais, a fim de envolvê-los em um processo de construção coletiva, no qual a visão do todo e das partes possa ser vivida na prática. Aqui, a diferença não é vista como sinônimo de exclusão, ao contrário, é encarada como motivação para a valorização de todos (as) a partir do reconhecimento da pluralidade do sujeito social.

Daí a importância do diálogo da representação social do conhecimento com os marcadores sociais da diferença. A ideia de unidade na diversidade passa, necessariamente, pelo reconhecimento e valorização das partes, neste caso, das diferenças. É entendendo as partes que há possibilidade de se compreender o todo, e isto, de maneira direta e imperativa, é chamado de reconhecimento de consciência das capacidades cognitivas e das práticas do (a) profissional da informação.

É importante tal reflexão para que o (a) profissional da informação, no dia a dia, na sua prática de tradução documentária e em suas atividades indexadoras, tenha subsídios para ressignificar ações e rever suas formas de agir que porventura segreguem e/ou excluam determinados grupos e condições sociais, pois esse (a) é um profissional forjado em um meio social, que leva consigo uma carga cultural que muitas vezes fora adquirida “além dos muros” do debate da igualdade e do respeito à diferença.

MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

Como visto na seção anterior, um dos aspectos relevantes da representação social do conhecimento é a tradução da linguagem natural para artificial sob um esteio horizontal, pluridimensional e inclusivo, ou seja, categorizar (sem hierarquizar) a partir de um olhar que valorize a diversidade e as relações sociais. Esses aspectos são relevantes para aproximar e dialogar com os marcadores sociais da diferença, pois é papel dos marcadores revelar ou descortinar a sociedade por meio de categorias sociais capazes possibilitar a análise e o reconhecimento do ser humano em seus mais distintos ecossistemas sociais.

Contudo, antecede adentrar a esta reflexão a partir da ideia do que seja marcador social da diferença. Em 2006, Avtar Brah escreveu um artigo nos *Cadernos Pagu*, intitulado: “Diferença, diversidade, diferenciação”. Neste, dentre seus posicionamentos teóricos, é possível observar o conceito de diferença como relação social. Na assertiva, a autora indica que “a diferença como relação social pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo” (BRAH, 2006, p. 363).

Esse direcionamento apontado por Avtar Brah irá dialogar efetivamente com a intenção a que se quer dar a esta investigação, pois sua posição de construir um diálogo entre a ideia de diferença e a de relação social é o que possibilitará fundamentar teoricamente a análise que se circunscreve em torno da representação

social do conhecimento, dos marcadores sociais e da diferença e da interseccionalidade como panos de fundo complementares ao postulado em questão.

Em função disso, Caires (2010) observa que “os marcadores sociais da diferença são um campo de estudo [...] que tentam explicar como são constituídas socialmente as desigualdades e hierarquias entre as pessoas”, permitindo a possibilidade de tornarem visíveis as formas como são empregadas as violências simbólicas a partir das relações de poder (MAUGER, 2017).

Apesar de os debates sobre os “[...] marcadores sociais da diferença” serem “relativamente recentes [...]” (PELÚCIO, 2011, p. 79), concorda-se que “todas [...] diferenças são construídas pela sociedade, mas tidas como se fossem ‘naturais’” (ALMEIDA, 2010).

Neste sentido, busca-se compreender que essas diferenças podem, então, ser estratificadas ou estruturadas didaticamente no sentido de se fazerem entender suas dimensões, que, por sua vez, são definidas sincronicamente pela sociologia do conhecimento e pela ciência da informação como categorias, aqui tratadas como socioinformacionais.

Sob a perspectiva da sociologia do conhecimento, em diálogo e por interesse da ciência da informação, Caires (2010, grifo nosso) entende que os estudos em torno dos marcadores sociais de diferença “recaem principalmente sobre *raça, gênero e sexualidade*”. Não obstante a isso, segundo a pesquisadora e professora Heloisa Buarque de Almeida, integrante do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas) da Universidade de São Paulo (USP), devem ser acrescidos como marcadores sociais de diferença questões inerentes aos estudos sobre *classe social, trabalho e família* (ALMEIDA, 2010).

Nesse mesmo direcionamento, o texto sobre o Numas dialoga com as autoras anteriores, mas também avança nessa categorização dos marcadores sociais de diferença. Nesse texto, observa-se que também devem ser incluídas questões como *etnia e geração* de maneira complementar aos marcadores supracitados (NUMAS, 2012).

Outrora, Pelúcio (2011, p. 79) alerta que

[...] o sujeito [é] social e culturalmente constituído em tramas discursivas nas quais gênero, raça, religião, nacionalidade, sexualidade e geração não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais.

Ou seja, a partícula indicada e categorizada pelo marcador social da diferença – gênero, por exemplo –, apesar de ter uma definição praxiológica, não deve ser analisada de maneira isolada, mas de forma crítica e articulada, considerando os mais diversos contextos sociais e culturais com os quais o pertencimento de gênero está envolto.

Os marcadores sociais da diferença são reveladores de um mundo em constante disputa entre o que podemos chamar de poder e contrapoder, de luta hegemônica e contra-hegemônica, entre incluídos e excluídos. Dessa forma, é preciso “[...] pensar a articulação dos marcadores sociais da diferença como prática, como um movimento transformador de configurações relacionais” (PELÚCIO, 2011, p. 79-80).

Dicotomicamente, nesse campo da luta social, que muitas vezes é engolido pela mudança cultural propagada pela última revolução industrial (século XX), inúmeras temáticas passaram a ganhar uma visibilidade que outrora não era possível, como a questão de gênero, étnica, de classe, por exemplo, que apresentadas como categorias de marcadores sociais da diferença, hoje já estão passíveis de análise, interpretação e síntese enquanto categorias de estudo e debate.

Nesse contexto, a informação representada por meio dos marcadores sociais da diferença se apresenta como instrumentos potencializador de uma interseccionalidade crítica, ou seja, de um pensamento relacional e dialógico, a partir do valor da cultura pluralizada.

Os marcadores sociais da diferença, por meio da representação social do conhecimento, permitem um olhar investigativo que vai “costurando”, tecendo os fios da “colcha de retalhos” por uma interseccionalidade que busca analisar a luta e a resistência em torno da relação de poder, hierarquia, instrumentalização, e do aparelho Estatal nos seus mais diversos níveis e estratos sociais, que, objetivamente, se consolida através do que Bourdieu (1989) chama de poder simbólico ou pelo que Foucault (2017) entende por microfísica do poder.

Neste sentido, o reconhecimento desse cenário evoca novas condutas e um pensamento crítico articulado (interseccionalidade), que tem como ponto de partida o que Pierre Bourdieu entendia por *habitus*, onde, já em sua gênese conceitual:

[...] eu desejava pôr em evidência as capacidades “criadoras”, ativas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra *hábito* não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky – o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, [...] indica a disposição incorporada, [...] de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para [...] o “lado ativo” do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do “reflexo”, tinha abandonado (BOURDIEU, 1989, p. 61, grifos do autor).

Coadunando-se com Bourdieu, Wacquant (2017, p. 213, grifo do autor) observa que se trata de

[...] uma noção *mediadora* que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como à sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de *disposições* duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente.

Wacquant (2017, p. 214, grifo do autor), acrescenta ainda que o *habitus*

[...] fornece, ao mesmo tempo, um princípio de socialização e de individuação: *socialização* porque as nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares (assim podemos falar de um *habitus* masculino, de um *habitus* nacional, de um *habitus* burguês, etc.); *individuação* porque

cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas.

Ao trazer a discussão da ideia de *habitus* para o centro do debate e confrontar com o que é tratado sobre os marcadores sociais da diferença, vê-se, em primeiro lugar, que o *habitus* é parte essencial e integrante da vida de qualquer ser humano. Em segundo, que o *habitus*, a partir de uma perspectiva microssocial, está atrelado a um grupo de domínio ou memória social específico, mas, dadas as circunstâncias da sociedade e influenciado pela sociedade da informação, pela indústria cultural e pelo do poder do mercado, o *habitus*, em menor ou maior proporção, é influenciado pelo vetor ou fenômeno chamado de informação.

Na prática, isso significa dizer que o *habitus* é influenciado e influenciador na sociedade contemporânea. Isso faz com que grupos ou pessoas sejam silenciados e marginalizados, em detrimento de outros, que compõem e formatam as regras nas relações de poder.

Vivencia-se um *apartheid* social cada vez mais profundo e “escrachado”, dificultando o alcance da ideia utópica de cidadania ativa, democracia participativa e políticas públicas inclusivas. Cotidianamente, mesmo em tempos de crise, esses termos são cada vez mais propagados como marcas estratégicas ou anúncios publicitários do Estado e do povo para superar cisões sociais. De uma maneira ou de outra, na relação do Estado com a sociedade, objetivamente o que se tem são subterfúgios ou formas de comprar o silêncio das massas.

Isso, de alguma maneira, reverbera nos marcadores sociais da diferença e, conseqüentemente, na forma de atuar em torno do processo de representação social do conhecimento.

O *habitus*, se por um lado, identifica e sugere o sentimento de pertencimento, por outro, pode influenciar o conflito ou busca contínua pela garantia de direitos, que, para a maioria da população, continua sendo negada, mostrando-se como um espaço de segregação de um grupo (dos que detêm o poder) em relação aos que são constantemente excluídos e vivem à margem, seja ela cultural, social, informacional, educacional ou econômica.

Portanto, é nesse contexto que os marcadores sociais da diferença atuam: identificando, refletindo e entendendo criticamente as forças e potências sociais que se apresentam e requisitam voluntária ou involuntariamente o direito de visibilidade e atenção.

INTERSECCIONALIDADE

Do ponto de vista conceitual, segundo Adriana Piscitelli, a interseccionalidade busca “oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades”. Dessa maneira, apresenta-se com características pluridimensionais, permitindo a possibilidade da “[...] coexistência de diversas abordagens” (PISCITELLI, 2008, p. 266-267).

Nesta mesma linha de pensamento, Kimbelé Crenshaw, entende que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam

desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Dessa maneira, a interseccionalidade procurará refletir sobre os imbricamentos desiguais das condições e relações sociais, que, atreladas à ideia posta dos marcadores sociais da diferença, mostram-se como relevantes no entender dos “danos interseccionais estruturais às vulnerabilidades preexistentes” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Esses imbricamentos se entrelaçam a partir de desequilíbrios sociais, promovendo relações complexas em um ecossistema conflituoso quanto às relações de poder. Ratificando essa ideia, vê-se que esses “sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Com isso, a perspectiva da interseccionalidade, além de buscar entender a complexa relação de imbricamentos e entrecruzamentos da teia social, também tem um papel pós-estruturalista, ratificando aqui a intrínseca relação entre organização social do conhecimento, dos marcadores sociais da diferença e da própria interseccionalidade, enquanto campos interdisciplinares, dialéticos e dialógicos. Em virtude dessa descoberta dialógica, Crenshaw (2002, p. 177) sinalizará um pensamento e uma *práxis* interseccional, em que se terá como pretensão

[...] auxiliar na catalogação e organização do conhecimento existente sobre as múltiplas formas pelas quais a interseccionalidade pode configurar a vida de mulheres de todo o globo terrestre. O objetivo dessas topologias iniciais é propor uma linguagem capaz de expressar as experiências das pessoas e, também, de ilustrar a necessidade de expandir os parâmetros conceituais dos discursos dos tratados internacionais existentes (CRENSHAW, 2002, p. 178).

Nesse ínterim dialético que se abre entre esses campos componentes, entre a ciência da informação e a sociologia do conhecimento – que vão se construindo por meio de categorias/topologias sociais envoltas no conhecimento enquanto fenômeno –, é que se torna possível compreender que essa condição investigativa favorecerá o entendimento de que

o problema interseccional não está simplesmente no fato de não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas no fato de que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados (CRENSHAW, 2002, p. 178).

Assim, a interseccionalidade se apresenta como uma ferramenta de interação e interlocução para melhorar a forma como são investigadas as diversas maneiras e modos de compreensão em relação a determinados grupos sociais. A interseccionalidade busca compreender as cisões e as diferenças, considerando, ao mesmo tempo, as particularidades e as pluralidades, elevando suas questões a um nível superior ao que normalmente as pesquisas científicas estão envoltas, preocupadas, e buscam observar. Objetivamente, é de interesse da

interseccionalidade as “múltiplas vulnerabilidades” sociais, e, por esse motivo, ela buscará em essência “uma política de fazer outras perguntas, [...], de ampliar ainda mais” os “questionamentos” (CRENSHAW, 2002, p. 183).

Portanto, ao trazer à tona esse posicionamento da interseccionalidade entrelaçada aos marcadores sociais da diferença, em um contexto de luta social permanente e pela busca de respostas a problemas informacionais não solucionados, emerge a organização social da informação para tentar responder às questões não oportunizadas e ser mais eficaz e efetiva ao direcionar o seu processo de tradução informacional, baseando as suas ações e práticas informacionais na pluralidade cultural e reconhecendo a importância de se valorizar as mais diferentes formas de organização, grupos e/ou estratos sociais. Está em jogo aqui o processo de inclusão e valorização do ser social a partir das suas mais variadas facetas.

METODOLOGIA

Enquanto *abordagem metodológica*, a presente investigação se fundamenta em duas posições metodológicas, que, em certa medida e guardadas as devidas proporções, complementam-se e dialogam. Nesse sentido, traz-se à tona a relação dialética entre a teoria crítica e o pós-estruturalismo. Percebendo as suas afinidades teóricas e metodológicas, a posição científica postulada se subsidiou da contribuição de Sinésio Ferraz Bueno, que construiu um relevante estudo sobre as relações em questão. Neste, o autor observa que:

[...] poderemos afirmar que a teoria crítica e o pós-estruturalismo originaram-se como reações ao pesadelo kafkiano, que metaforizou a impotência do indivíduo perante o poder anônimo e impiedoso das grandes organizações burocráticas. Dessa forma, [...] como reação intelectual aos totalitarismos [...] à lógica instrumental da empresa capitalista, à colonização unidimensional das sociedades democrático-liberais, às técnicas e práticas de normatização legitimadas pela ciência ou à administração da liberdade exercida pela sociedade de controle, [...], os pensadores alemães e franceses procuraram refletir e compreender o fenômeno da progressiva opressão da vida humana exercida de forma planejada, racional e científica (BUENO, 2015, p. 150).

Desta maneira, a representação social do conhecimento, os marcadores sociais da diferença e a interseccionalidade irão se beneficiar dos postulados do pós-estruturalismo (WILLIAMS, 2013) e da teoria crítica (FREITAG, 1986) para produzir um conhecimento interdisciplinar e peculiar, no sentido de construir um entendimento amplo a partir das especificidades que são próprias aos mais diversos grupos sociais, pois buscará uma análise considerando os aspectos de aglutinação, relação e diferenciação, que são marcas das mais variadas áreas de domínio e estratos sociais.

Apresentam mídias impressas e digitais como *fontes de informação* de apoio à pesquisa. Dessa maneira, será possível apresentar como resultado um levantamento bibliográfico aglutinador, capaz de solidificar o arcabouço teórico e metodológico com o qual a proposta investigativa se apresenta.

Nesse entender, Minayo (2014, p. 368) complementa essas informações observando que isso se faz necessário para “compôr o campo semântico do tema específico da pesquisa, buscando tornar comuns a todos os participantes os conceitos centrais, os objetivos, os indicadores e estudos mais ou menos semelhantes e os contextos de

âmbito institucional [...] em que o problema se coloca”. Dito isso, será possível construir uma proposta metodológica que esteja em consonância e dialogando intrinsecamente com o objeto de domínio e seu repertório epistemológico.

Quanto à *natureza de pesquisa*, é sugerida uma pesquisa qualitativa e uma quantitativa. Isso se dá em virtude da peculiaridade do objeto. Do ponto de vista da investigação qualitativa, Minayo (2013, p. 21) entende que esta tem como finalidade, responder “[...] a questões muito particulares [...] com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Assim, será necessário promover um cuidado especial em relação às particularidades do cenário social do objeto.

Já a perspectiva quantitativa, segundo Teixeira (2013, p. 136), “utiliza a descrição matemática como uma linguagem, ou seja, a linguagem matemática é utilizada para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis [...]”. Assim, ao aglutinar essa opção quanto à natureza, será possível cobrir as peculiaridades do objeto em questão.

No que tange ao *corpus da pesquisa*, salienta-se que está diretamente relacionado ao universo e aos sujeitos da pesquisa. É nesse entender que Gaio, Carvalho e Simões (2008, p. 166) informam que esse momento “deve ser dividido em local e aqueles que participam da pesquisa [...]”. Com este estabelecimento, temos aqui os pesquisadores que produziram os seus resultados de pesquisa por meio de teses doutorais que fizeram uso do termo “marcadores sociais da diferença” e que foram disponíveis através da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) no Brasil até o ano de 2017.

No processo de *coleta de dados da pesquisa*, foram mineradas informações no período de 1 a 10 de janeiro de 2018 e considerou-se uma pesquisa na modalidade avançada, buscando levantar dados como: a) temporalidade das pesquisas; b) a tipologia dos trabalhos disponibilizados; c) dos termos indexados; d) das temáticas dos títulos defendidos; e) do horizonte conceitual com o qual a investigação é incorporada.

Ao que remete à *análise dos dados da pesquisa*, propõe-se uma análise crítica fortalecida por uma construção teórica que se baseia nas perspectivas fundantes da categorização informacional e da interseccionalidade social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

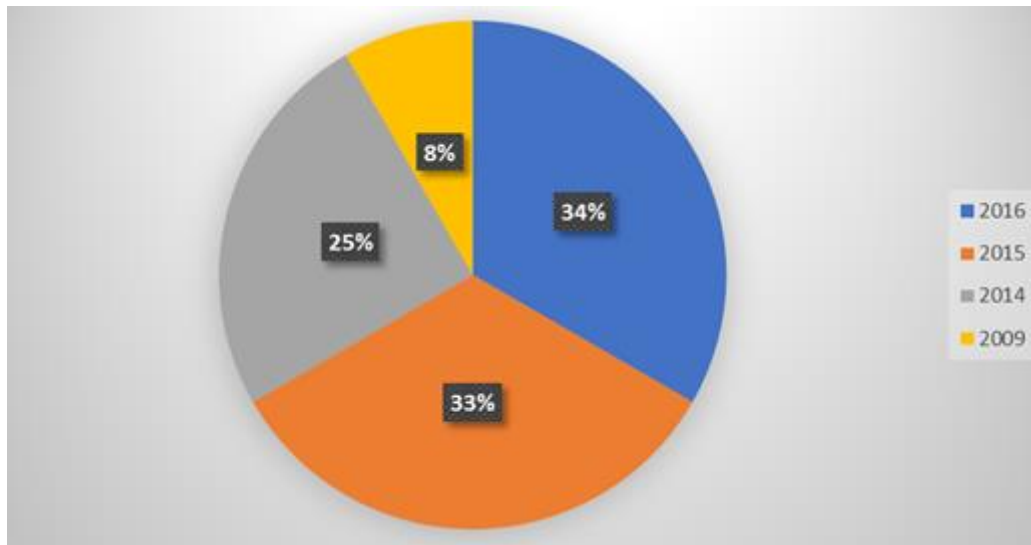
Para potencializar o processo de análise dos dados, a técnica de coleta se deu considerando exclusivamente o levantamento dos termos indexados (entre o período de 1 a 10 de janeiro de 2018), cuja recuperação da informação está contida na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Os termos indexados e recuperados foram categorizados e agrupados a partir do que é definido por *marcador social da diferença* na BDTD nacional pelos seus respectivos pesquisadores.

Outra questão relevante é que a interseccionalidade, seja como aspecto central ou complementar, está, enquanto campo disciplinar, permeando todo o debate oriundo e gerador das descobertas que se apresentarem.

Assim, será possível apresentar por meio do processo de representação (ilustrações), a forma como as pesquisas estão sendo direcionadas, acadêmica e sociopoliticamente, no Brasil a partir da BDTD.

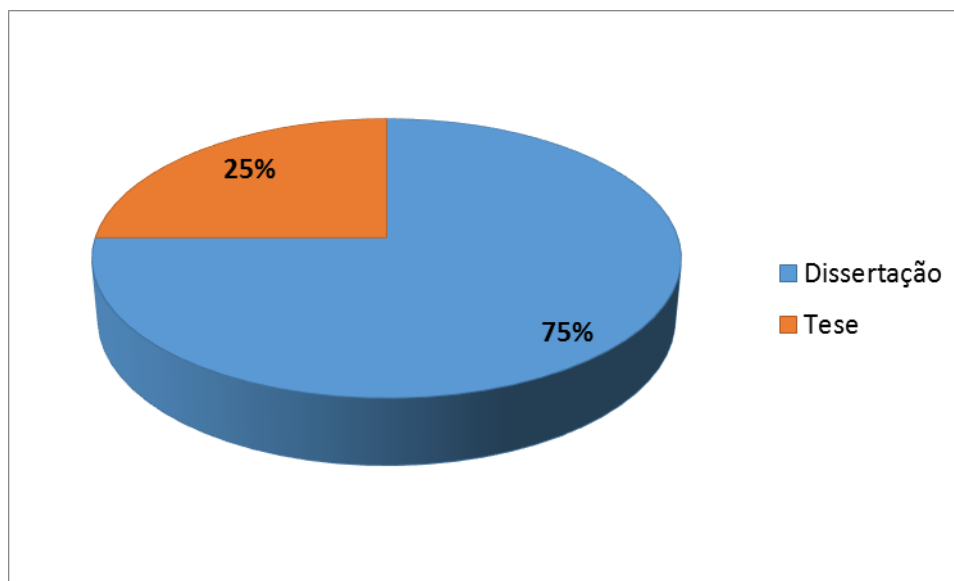
Figura 1 – Representação do conhecimento balizada pelos marcadores sociais da diferença considerando o ano de publicação.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018).

Na Figura 1, é possível visualizar a concentração espaçotemporal de publicações nesta última década. Observa-se um percentual de 92% de pesquisas para o período mencionado. Tal fato pode ser justificado se considerado que, por um lado, elas refletem um incremento de pesquisas a partir das políticas públicas conquistadas nas últimas décadas, como a política de cotas, de proteção à mulher, de expansão universitária, de acesso à habitação, etc., mas que apenas agora se tem visibilizado de forma mais concreta os efeitos dessas mudanças nas pautas do Brasil. Por outro lado, a temática investigada também pode estar sendo mais pesquisada recentemente se for feita a leitura de que, de modo concomitante ao que foi sinalizado anteriormente, tenha-se amplificado os mais diversos níveis de intolerância, e que, por consequência, torna-se necessário ampliar o debate, reflexão e estudo em torno dos efeitos dos marcadores de diferença no cotidiano social e cultural da nação. Daí faz-se necessária a construção de uma agenda sociopolítica para contribuir com a redução dessas máculas, aqui externadas por meio de estratos socioinformacionais.

Figura 2 – Representação do conhecimento fundamentada pelos marcadores sociais da diferença por meio de categoria na qual foi levado em consideração o tipo de material.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018).

Por meio da Figura 2, é possível visualizar uma predominância de investigações em nível de mestrado, com participação de 75% em relação ao coeficiente total. Isso, em certa medida, possibilita inferir que se tem um campo em expansão, abrindo a possibilidade para inúmeras e distintas pesquisas sobre questões inerentes aos marcadores sociais de diferença.

Outro fato, que aqui não fora revelado graficamente, mas que se faz necessário sinalizar, é que todo esse montante de informações, recuperado por meio do descritor *marcadores sociais de diferença*, enquanto termo indexador, ocorre através das áreas de ciências humanas, especialmente em universidades da região Sudeste. Significa dizer que há um “hiato” acadêmico com um déficit imenso que precisa ser visto pelo campo científico. São dividendos históricos que transcendem a questão universitária. Torna-se um dividendo social e político que provoca limitações significativas quanto ao tratamento equânime ao ser humano. A pesquisa científica é, antes de qualquer coisa, uma posição e escolha política, seja de qual for a parte envolvida.

Vale salientar que a coleta refletiu uma determinada temporalidade, ou seja, até janeiro de 2018. Não significa dizer que pesquisadores de outras regiões do país não tenham pesquisas com marcadores sociais da diferença em momentos posteriores. Ou que, ainda, a BDTD não tenha feito o processo de indexação das dissertações e teses. Ou mais ainda, que pesquisas sobre os marcadores não sejam feitas, mas que os pesquisadores terminaram não os elegendo como termos centrais das suas pesquisas.

Figura 3 – Representação do conhecimento dos marcadores sociais da diferença categorizados considerando a indexação do assunto.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018).

Com a Figura 3, foram selecionados os assuntos mais presentes recuperados na etapa de coleta de dados. Como a busca se deu em torno do termo “marcadores sociais da diferença” para o campo “assunto”, o mesmo se apresentou em 100% das pesquisas. Na sequência, diagnosticaram-se, respectivamente, os termos “gênero” (quatro vezes), “prisão” (três vezes), “raça” (três vezes) e “história de vida” (duas vezes).

O termo com maior nível de revocação não ocorre por acaso, pois tem “seu ponto de referência no ‘feminismo das diferenças’ [...]. Essa vertente teórica surge como uma crítica à miopia do feminismo vigente [...]” (PELÚCIO, 2011, p. 79, grifo da autora). Os marcadores sociais da diferença são condutores e articuladores de debate, com os quais todas as outras remissivas indexadas estão diretamente interconectadas. Nesse sentido, o termo “marcadores sociais da diferença” se apresenta como um aspecto central e relevante do debate e estudo em torno de uma interseccionalidade social e cultural.

Vê-se também que, se for feita uma comparação com as considerações de Caires (2010, grifo nosso), Almeida (2010) e Numas (2012) em torno das categorias que representam os marcadores sociais da diferença, será possível observar que os termos “prisão” e “história de vida”, respectivamente, poderiam ser compreendidos como subcategorias interseccionais de marcadores que poderiam estar entrelaçadas a outras categorias gerais, diferentemente de “geração”, que poderia remeter a uma categoria central de aglutinação.

Considerando as figuras anteriores, agora será possível visualizar as temáticas abordadas em torno dos marcadores sociais da diferença que dialogam com os elementos já informados. Assim, tem-se:

Quadro 1 – Temáticas em torno dos marcadores sociais da diferença indexados na BDTD.

ITEM	TEMÁTICA	PALAVRAS-CHAVE	DATA DE DEFESA
1	A filha da dona Lecy: estudo da trajetória de Leci Brandão	Leci Brandão Marcadores sociais da diferença Política Raça Samba Trajetória	2016
2	Cidades e subjetividades homossexuais: cruzando marcadores da diferença em bares nas “periferias” de São Paulo e Belém	(Homo)sexualidade Espaço urbano Marcadores sociais da diferença Periferia Segregação socioespacial	2016
3	Uma atraente esposa brasileira ou seu dinheiro de volta: uma análise de agências de casamento especializadas em unir mulheres brasileiras a homens alemães	Gênero Marcadores sociais da diferença Mercado matrimonial Transnacional Mobilidades Raça	2016
4	Brilham estrelas de São João: gênero, raça e sexualidade em <i>performance</i> nas festas juninas de Belém – PA	Belém Festas juninas Marcadores sociais da diferença <i>Performance</i> Ritual	2016
5	Madá e Lena entrecruzadas, dois dramas em trama: entre percursos numa tragédia social e uma constituição possível	Prisão Memória História de vida Marcadores sociais da diferença Gênero	2015
6	Umi Nu Kanata – do outro lado do mar: história e diferença na “comunidade okinawana brasileira”	Etno-história Imigração japonesa Marcadores sociais da diferença Narrativas	2015

		Okinawa	
7	Existências, insistências e travessias: sobre algumas políticas e poéticas de travestimento	Arte Marcadores sociais da diferença Política Subjetivação Travestimento	2015
8	Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal	Família Gênero Marcadores sociais da diferença Mulheres Prisão	2014
9	Herança, distinção e desejo: homossexualidades em camadas altas na cidade de São Paulo	Classe HIV/AIDS Homossexualidade Marcadores sociais da diferença Raça	2014
10	Negociando deficiências: identidades e subjetividades entre pessoas com “deficiência intelectual”	Deficiência intelectual Identidade Marcadores sociais da diferença Subjetividade	2014
11	Estilo e marcadores sociais da diferença em contexto urbano: uma análise da desconstrução de diferenças entre jovens em São Paulo	Diferença Desigualdade Estilo Heteronormatividade Marcadores sociais da diferença Sexualidade	2009

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018).

Ao observar o Quadro 1 e comparar as temáticas escolhidas às suas respectivas palavras-chave, é possível verificar diversos marcadores sociais da diferença como gênero, raça, sexualidade e outros. Aliado a isso, temos a clarividência de uma interseccionalidade que perpassa vários assuntos, contextos e conjunturas sociais. Contudo, não é motivação deste texto provar se houve essa opção preferencial na construção de cada produção. Isso é dito por entender que o debate da interseccionalidade irá analisar dentro de uma determinada perspectiva os mais variados fatores que influenciam, contribuem e interagem, positiva ou negativamente, com o objeto de estudo. Essas marcas teóricas e metodológicas ficam extremamente visíveis no texto de Piscitelli (2008), quando se debruça sobre a

questão da interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.

Nesse entendimento de ver o todo em detrimento do unitário, Morin (2015) expressa, através do pensamento complexo e dialogado em certa medida com Capurro (2003) em torno do paradigma social, que seria oportuno considerar a informação como um vetor dialético dos marcadores sociais da diferença, por entender que ela contribui para “descortinar” o registro objetivado, institucionalizado. Esse vetor possibilita ir em busca dos não ditos da ciência e da sociedade.

Dito de outra maneira e considerando a informação enquanto “potência atômica” da sociedade contemporânea como fator determinante para direcionar o modo de vida e o modelo de produção vigente, e promovendo o que Lipovetsky e Serroy (2011) chamam de hipermodernidade, a informação é um fenômeno fundamental e dicotômico, capaz de, ao mesmo tempo, incluir e/ou excluir, informar e/ou desinformar, democratizar e/ou censurar, empoderar e/ou silenciar, libertar e/ou segregar. Nesse sentido, fica nítido que a informação é uma potência socioinformacional, que gera confluências e divergências e, portanto, mostra-se como uma faceta mediadora dos marcadores sociais da diferença, conduzindo e influenciando, direta e/ou indiretamente, diversas temáticas que estão fazendo parte das grandes agendas e pautas da civilização mundial.

Baseado no que fora levado nas ilustrações anteriores, é sugerido que seja articulado um debate iluminado pela questão dos marcadores sociais da diferença, conduzidos pela perspectiva da interseccionalidade e considerando como guia ou caminho direcional as seguintes proposições críticas, que formam construídas ao longo da história e que, em menor ou maior proporção, viabilizaram cenários de resistência e luta social. Assim, temos no Quadro 2:

Quadro 2 – Proposta terminológica para o uso de marcadores sociais da diferença considerando a contribuição científica da sociologia do conhecimento para ciência da informação.

CATEGORIZAÇÃO DOS MARCADORES SOCIAIS DE DIFERENÇA	SÍNTESE E CONTRIBUIÇÃO CONCEITUAL
Classe social	“As classes sociais, para Bourdieu, devem ser entendidas como conjuntos de agentes situados em posições próximas no espaço social, que se <i>distinguem</i> de outras classes, situadas em posições relativas distintas. Em suma, as distinções de posição, fundadas em diferenças de propriedade, conferem poder de umas classes em relação às outras” (SALLUM JR.; BERTONCELO, 2017, p. 119)
Etnia	“[...] refere-se ao âmbito cultural; um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças [...]”. (SANTOS et al., 2010, p. 124).
Família	“[...] a família ocupa, [...] uma posição central. [...] a função da família está posta: a de contribuir para reprodução das relações sociais, em dois aspectos: não somente pela transmissão de uma herança cultural, mais ou menos próxima da cultura escolar legítima, mas também pela naturalização que ela opera sob o disfarce dos dons que

	dissimula o trabalho social da herança” (SINGLY, 2017, p. 195-196).
Gênero	“Embora os cientistas sociais se refiram ao gênero como um ‘fator’ ou ‘dimensão’ da análise, ele também é aplicado a pessoas reais como uma ‘marca’ de diferença biológica, linguística e/ou cultural. Nestes últimos casos, o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto. Algumas teóricas feministas afirmam ser o gênero ‘uma relação’, aliás um conjunto de relações, e não um atributo individual” (BUTLER, 2003, p. 28).
Geração	Podem ser aplicadas duas acepções, em que a primeira remete o “termo geração a uma categoria analítica. [...] indica-se a geração como posição no interior da estrutura de parentesco, alinhada à organização social do ciclo de vida” (ALVES, 2009, p. 14). Na segunda interpretação, refere-se a “[...] um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência” (MOTTA, 2004, p. 350 apud ALVES, 2009, p. 15).
Raça	“[...] refere-se ao âmbito biológico; referindo-se a seres humanos, é um termo que foi utilizado historicamente para identificar categorias humanas socialmente definidas. As diferenças mais comuns referem-se à cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética” (SANTOS et al., 2010, p. 124).
Sexualidade	“Toda esta atenção loquaz com que nos alvoroçamos em torno da sexualidade, há [...] séculos, não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora?” (FOUCAULT, 1999, p. 37-38).
Trabalho	O pensamento de Bourdieu irá considerar o campo do trabalho uma “dupla verdade”, na qual a primeira irá considerar que o “trabalho deve ser visto como pura relação comercial, destituída de qualquer ‘perturbação’ que impeça a percepção de que se trata de um contrato aparentemente entre iguais que encobre a desigualdade entre a força do empregador e a fraqueza do empregado”. Quanto à segunda, trata de “como o local ou a situação de trabalho é eixo fundamental para a constituição das redes sociais”, permitindo “uma satisfação intrínseca ligada a ‘ir trabalhar’ e um incremento em capital simbólico no ‘crescimento profissional’” (GRÜN, 2017, p. 353).

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018).

Apresentadas no Quadro 2, essas sugestões conceituais se dão considerando a necessidade de preencher uma lacuna teórica que sistematize, em um único espaço, a possibilidade do (a) leitor (a) ou pesquisador (a) do campo da sociologia do conhecimento oriundo da ciência da informação encontrar sugestões conceituais articuladas a partir de teóricos com visões críticas em torno dos problemas humanitários, que aqui são engendrados a partir da ótica dos marcadores sociais da diferença, com o devido apoio da visão da interseccionalidade.

REFLEXÕES FINAIS

Trazendo para o campo da ciência da informação, foi possível inferir que os marcadores sociais da diferença dialogam nitidamente com o campo da ciência da informação através da representação social do conhecimento, entendida aqui como uma estratégica forma de metarrepresentação sociocrítica do conhecimento, capaz de possibilitar ressignificações que têm como horizontes, teórico e metodológico, a inclusão equânime das produções intelectuais, dos produtores de conteúdo, dos interagentes e do ecossistema informacional.

Constatou-se que a representação social do conhecimento, em diálogo com os marcadores sociais da diferença e a interseccionalidade, mediados e situados por um debate teórico-metodológico que se solidificou por meio da teoria crítica e do pós-estruturalismo, permitiu visualizar o todo e o particular ao mesmo tempo, ou seja, efetivamente verificou-se que as mais diversas facetas em torno do que a pesquisa estava propondo enquanto objeto de investigação foram oportunizadas.

Outra relevante questão foi inserir no centro do debate a informação enquanto vetor aglutinador às demandas inerentes aos marcadores sociais da diferença. Dessa forma, ficou entendido e evidente que o fenômeno ou o objeto informação se comportou e se manifestou como um condutor de articulação aos marcadores sociais da diferença, por perceber que este, agrupado a uma possibilidade interseccional, passa a perpassar diretamente todos os marcadores. Em essência, os marcadores devem ser considerados como facetas e potências interpretativas de inter-relacionamento e interseccionalidade social e informacional.

Considerando a indexação e a inserção de informações nos metadados da BDTD, percebeu-se um número reduzido de pesquisas no assunto “marcadores sociais da diferença”. Quanto à aplicação do objeto investigado ao âmbito informacional, não se teve nenhuma evidência de investigações e intersecções entre os campos “sociologia do conhecimento” e “ciência da informação”. Assim, abre-se uma “janela” investigativa para esta área de domínio.

Em relação ao estudo socioinformacional entre a representação social da informação e os marcadores sociais da diferença, percebeu-se a necessidade de uma interseccionalidade constante no sentido de permitir elucidar questões que ainda estão sob penumbra e que perpassam gerações, especialmente àquelas que ainda estão exclusivamente imersas no paradigma físico.

Verificou-se a necessidade de investigar o fenômeno em debate sob uma perspectiva mais ampla, contínua e profunda, na qual, para que se entenda o todo, faz-se necessário favorecer a soma das partes, com as suas mais diversas dimensões, especificidades e relações.

Foi revelador evidenciar uma reflexão que fez uso da perspectiva interseccional, considerando os marcadores sociais da diferença em diálogo com a representação

social do conhecimento, primeiro por considerar nesse contexto o paradigma social da informação e, em segundo lugar, por permitir práticas mais inclusivas e, assim, ampliar verdadeiramente o cosmos da representação, aqui entendida como representação social do conhecimento.

Portanto, ao ter possibilitado a expansão do cosmos da representação social do conhecimento, automaticamente se viabilizou a busca pelo fortalecimento de rede social de reflexão e debate, com vistas a permitir a construção de uma agenda sociopolítica ativa e propositiva de luta pelo enfrentamento das mais distintas formas de desigualdades, que ocorrem nos mais diferentes contextos, inclusive por meio do documento informacional.

Artigo recebido em 07/07/2018 e aprovado em 04/10/2018.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. M. Fronteiras da relação gênero, geração e a construção de relações afetivas e sexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad: revista latinoamericana*, n. 3, p. 10-32, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2AQhzJp>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

ALMEIDA, H. B. de. Núcleo estuda marcadores sociais da diferença. São Paulo: Agência USP de Notícias, 2010. Entrevista concedida à Luiza Caires. Disponível em: <<https://bit.ly/2DlJLPI>>. Acesso em: 26 set. 2018.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. Os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana. In: _____. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2006.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/pwgb5n>>. Acesso em: 25 maio 2018.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <<http://bit.ly/2mrxFoz>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BUENO, S. F. Da teoria crítica ao pós-estruturalismo: breves apontamentos para uma possível confrontação entre Adorno e Deleuze. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 56, p. 149-161, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/npdgg7>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAIRES, L. Núcleo estuda marcadores sociais da diferença. *Agência USP de Notícias*, São Paulo, 8 jan. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2DlJLPI>>. Acesso em: 26 set. 2018.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2015. (Ensaio Latino-Americanos, 1).

- CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2qQTUZZ>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v.10, n.1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2kCUF3B>>. Acesso em: 26 set. 2018.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, v. 1).
- _____. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FREITAG, B. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GAIO, R.; CARVALHO, R. B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (Org.). *Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GRÜN, R. Trabalho. In: CATANI, A. M. et al. (Org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2017.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. A sociologia e mundo moderno. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-27, jan./jun. 1989.
- KEEN, A. *O culto do amador: como blogs, Myspace, e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. (Debates, 115).
- LAHIRE, B. Campo. In: CATANI, A. M. et al. (Org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução de Calos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2014. (Coleção Trans.).
- _____. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Tradução de Calos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: 34, 2016. (Coleção Trans.).
- LIMA, J. L. O. ; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). *Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. São Paulo: B4 Editores, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2KSSmn5>>. Acesso em: 24 maio 2018.
- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- MAUGER, G. Violência simbólica. In: CATANI, A. M. et al. (Org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; ROMEU, G. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Coleção Temas Sociais).
- _____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. (Série Saúde em Debate, 46).
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA [NUMAS]. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 21, p. 1-360, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2N4Tt3N>>. Acesso em: 26 set. 2018.
- PELÚCIO, L. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.20, n.1, p.76-85, 2011. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/dgff54>>. Acesso em: 25 maio 2018.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileira. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263-274. Disponível em: <<http://bit.ly/2qs75QD>>. Acesso em: 3 jan. 2018.
- SALLUM JR., B.; BERTONCELO, E. R. Classe social. In: CATANI, A. M. et al. (Org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- SANTIS, R. de.; SOUZA, R. F. de. Uma proposta de diálogo entre o conhecimento praxiológico de Bourdieu e a organização do conhecimento. In: MARTELETO, R. M.; PIMENTA, R. M. (Org.). *Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/LZvv34>>. Acesso em: 24 maio 2018.
- SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- SANTOS, D. J. da S. et al. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. *Dental Press Journal of Orthodontics*, v. 15 n. 3. jun. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2EzoLcb>>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- SANTOS, J. F. dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos, 165).
- SINGLY, F. Família. In: CATANI, A. M. et al. (Org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- TEIXEIRA, E. *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- WACQUANT, L. Habitus. In: CATANI, A. M. et al. (Org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- WILLIAMS, J. *Pós-estruturalismo*. Tradução de Caio Liudvik. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Série Pensamento Moderno).